

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do
Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC
Outubro de 2020

SUMÁRIO

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	1
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO.....	5
ANÁLISE NAS CIDADES.....	7
CONCLUSÃO	12
METODOLOGIA.....	13

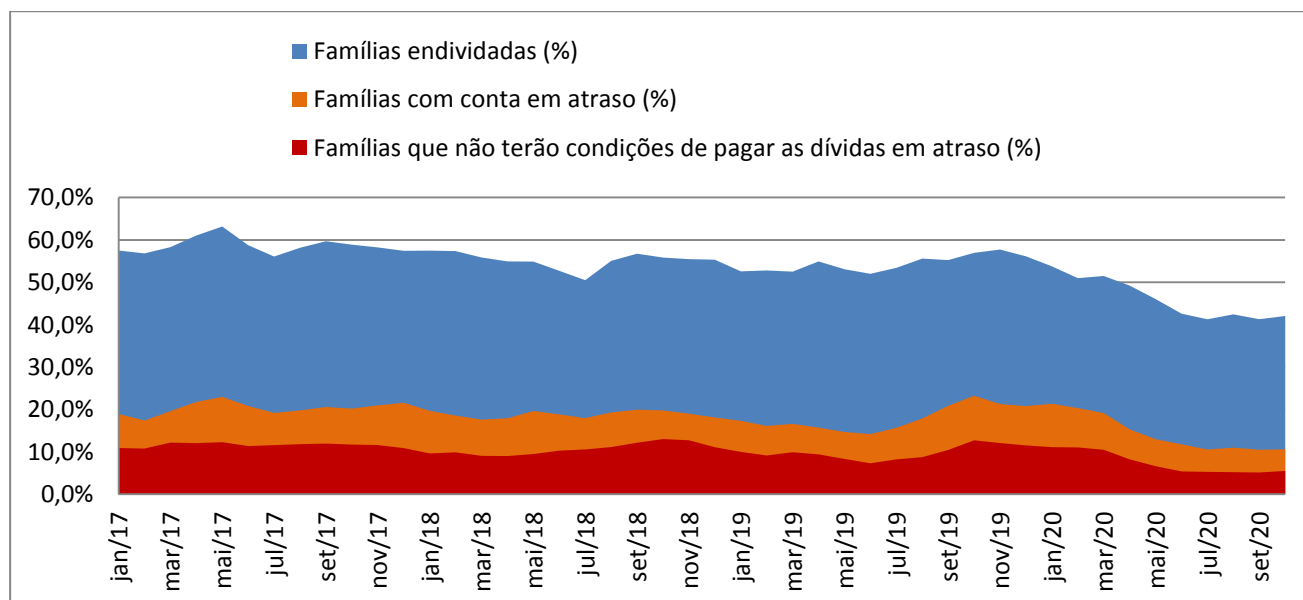
Percentual de famílias endividadas volta a aumentar após atingir níveis historicamente baixos de endividamento e inadimplência

Síntese dos resultados			
Situação da família	Meses		
	Out/19	Set/20	Out/20
Total de endividadas	56,9%	41,3%	42,1%
Dívidas ou contas em atraso	23,2%	10,5%	10,6%
Não terão condições de pagar	12,7%	5,2%	5,5%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

O número de famílias endividadas em Santa Catarina segue numa tendência de queda desde dezembro de 2019, que se tornou mais acentuada a partir de março, com o início da pandemia e teve pequena reversão em Agosto, retornando em Setembro para os menores níveis da série histórica, que agora em Outubro voltam a subir. Estima-se que 50.986 famílias catarinenses deixaram de estar endividadas desde março deste ano, uma redução de 18,5%. Acompanhou também este movimento uma redução sustentada da inadimplência (contas em atraso) e das famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas em atraso.

Síntese dos resultados desde janeiro de 2017



O endividamento não pode ser avaliado como algo necessariamente negativo, pois se deve entender que qualquer tipo de compromisso financeiro acordado para o futuro é considerado uma dívida. Portanto, o endividamento das famílias também expressa o aquecimento do consumo e as condições financeiras da economia em relação

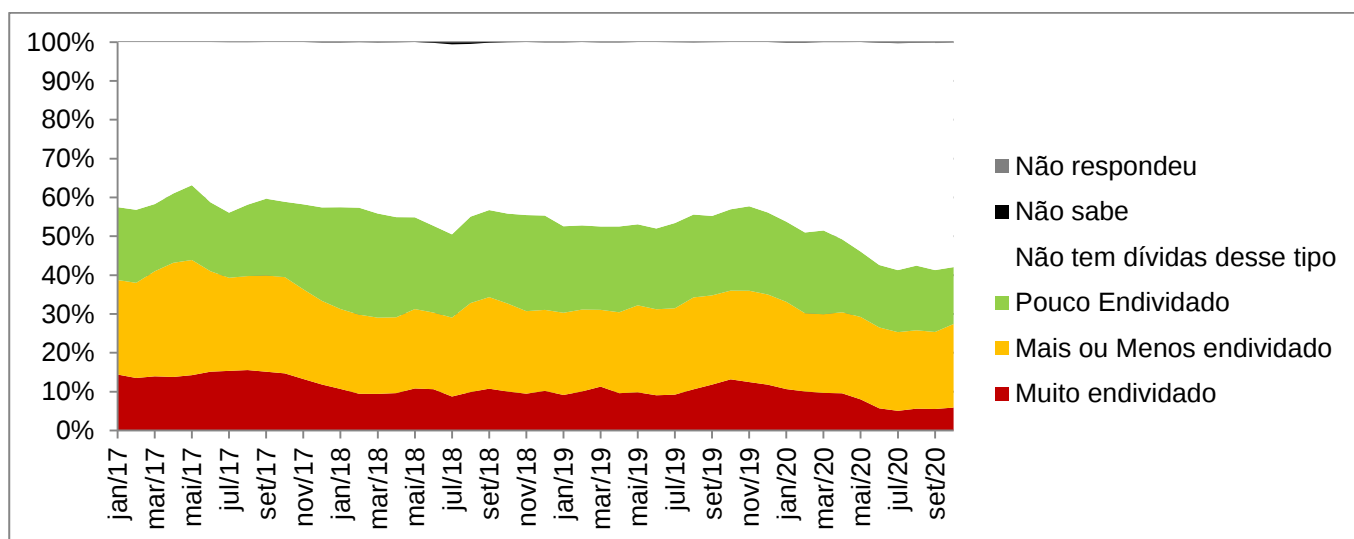
ao crédito, através de intrincadas relações com variáveis de renda, emprego, poupança e crescimento econômico presente e esperado, ao que se deve comparar o perfil do endividamento para entender sua relação com a demanda e as capacidades de pagamento.

A situação do endividamento em Santa Catarina se revelou muito mais estável e favorável em relação ao agregado nacional, que quebrou nos últimos meses recordes históricos de endividamento, apesar de a partir de setembro convergir para uma redução no nível de endividados e inadimplentes, atingindo em Outubro respectivamente 66,5% e 26,1%, segundo pesquisa da CNC. Os movimentos do estado em geral parecem ocorrer no sentido inverso do apresentado ao nível nacional durante a crise.

Percepção do nível de endividamento			
Categoria	Out/19	Set/20	Out/20
Muito endividado	13,2%	5,5%	5,9%
Mais ou menos endividado	22,8%	19,8%	21,5%
Pouco endividado	20,9%	15,9%	14,6%
Não tem dívidas desse tipo	43,1%	58,6%	57,9%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,1%	0,1%

A percepção do nível de endividamento é de especial importância na análise do endividamento, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. Neste mês, houve um incremento principalmente na faixa de mais ou menos endividado, que subiu 1,7 pontos percentuais (p.p.), ao mesmo tempo em que reduziu a percepção de pouco endividamento, com decréscimo de 1,3 p.p.

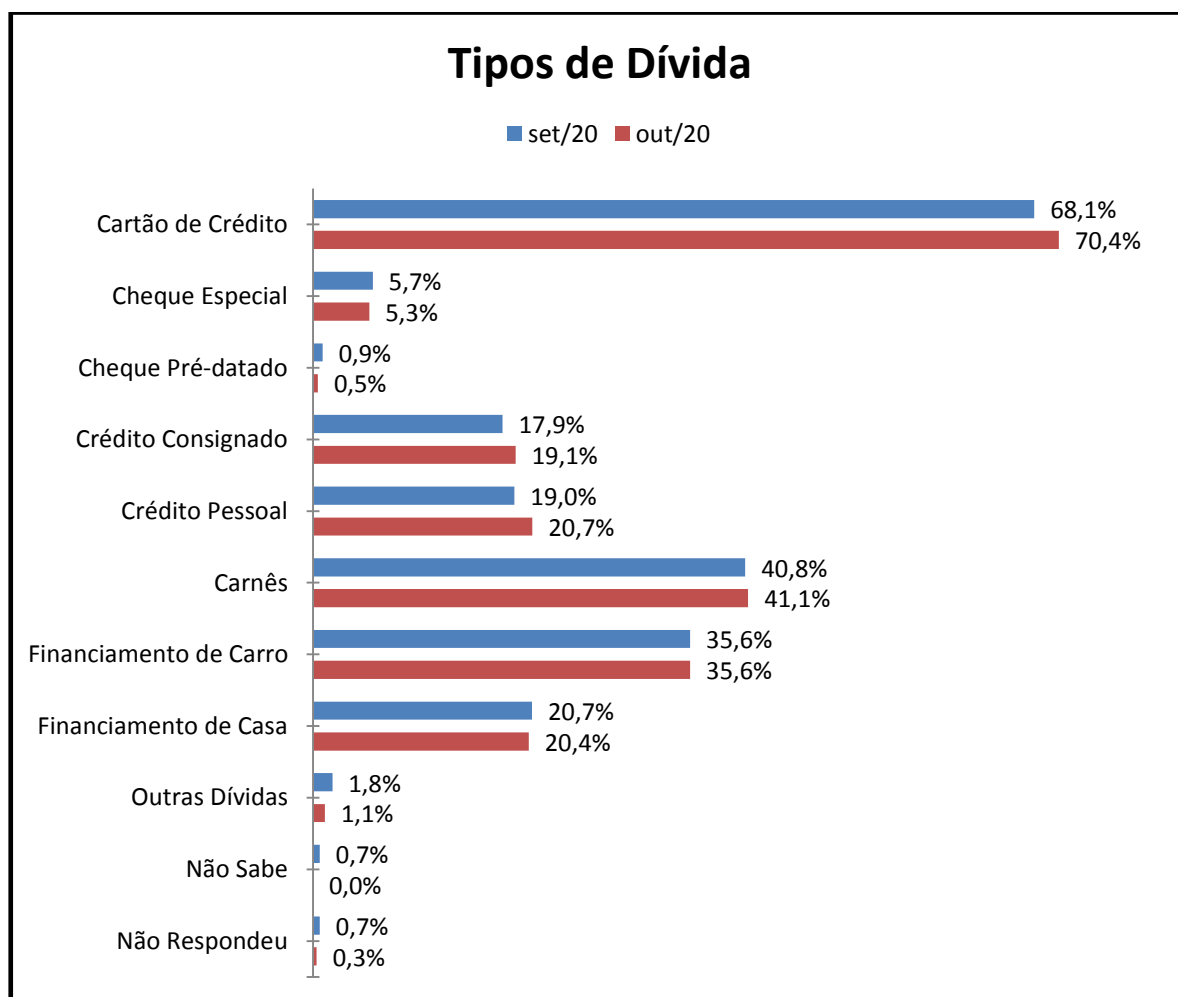
Percepção do Nível de Endividamento desde janeiro de 2017



Por fim, também houve ligeiro acréscimo na categoria de muito endividados, que passou de 5,5% para 5,9% do total de entrevistados, enquanto aqueles que não possuíam

dívidas reduziram 0,7 p.p. Tais movimentos indicam que houve uma redistribuição das percepções em direção a um maior nível de endividamento entre aqueles que possuem dívidas, com passagem de famílias que se consideravam pouco endividadas para uma situação de endividamento moderado. O aumento do endividamento e da percepção do seu nível ocorreu de maneira mais concentrada nas faixas de renda abaixo de 10 SM, sendo que naquelas acima o movimento foi de aumento daqueles que não possuem dívidas (+0,4 p.p.), redução da categoria de muitos endividados (-0,4 p.p.).

Já em relação aos tipos de dívida dos catarinenses, o cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento, porém desde Maio apresentou acentuada retração após rapidamente atingir o pico da série histórica iniciada em 2013 com 78,2% dos entrevistados citando este tipo de dívida. Atualmente, em Outubro a proporção das citações voltou a aumentar, atingindo 70,4%, um incremento de 2,3 p.p. que também foi a maior variação neste mês entre os tipos de dívida analisados.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

Em Outubro também se constata um acréscimo nos tipos de dívida relacionados ao crédito consignado e pessoal que atingiram, respectivamente, 19,1% (+1,2 p.p.) e 20,7% (+1,7 p.p.). Esse tipo de crédito não tem apresentado um movimento consistente

durante a crise, sendo que a utilização do crédito pessoal se encontra em proporção similar à observada antes da crise, já o crédito consignado parece ter ampliado um pouco a proporção de sua utilização em relação a períodos anteriores, quando ficava ao redor de 15%. O acréscimo foi observado em ambas as faixas de renda analisadas, porém o patamar é maior considerando as famílias com renda até 10 SM.

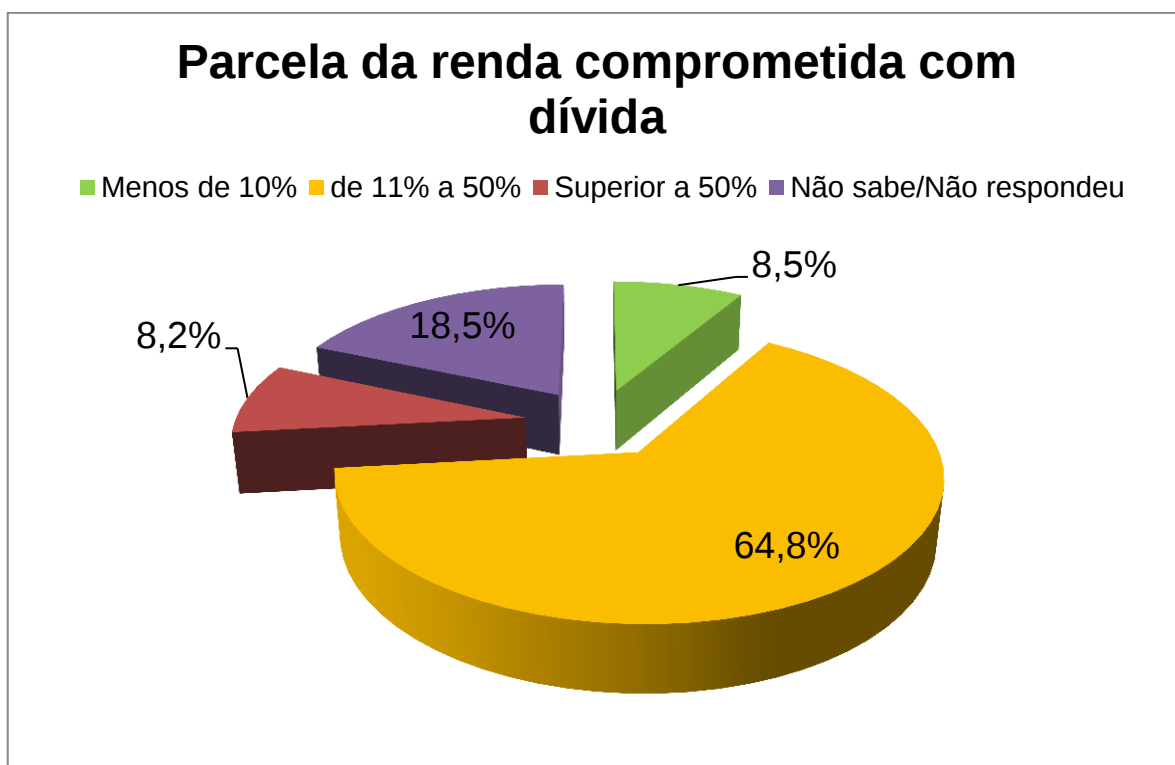
Por fim, houve desaceleração no incremento do uso de cartões, que junto aos cartões de crédito indicam diretamente um aquecimento do consumo, aproximando-se ainda mais das proporções do pré-crise – em janeiro deste ano, por exemplo, 45,5% dos entrevistados citavam este tipo de endividamento que é ligado geralmente a aquisição de duráveis e semiduráveis, ou então a prestação de serviços e associações. Por outro lado, houve redução na proporção de outras dívidas (-0,7 p.p.), cheque especial (-0,4 p.p.) e financiamento de casa (-0,3 p.p.) e estabilidade no financiamento de carros. Deve-se ponderar, porém, que parte desses movimentos também estão relacionados à entrada de famílias na situação de endividamento, o que altera a proporção das respostas devido a um aumento da base e não apenas à ampliação ou liquidação de determinados tipos de dívida.

O tempo de comprometimento com as dívidas manteve relativamente estável em Outubro com leve tendência de redução, situando-se em 10 meses em média. A crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês comparado ao início do ano, o que está relacionado à redução do endividamento de mais curto prazo, o que aumenta a proporção de dívidas maiores dentre aqueles que se mantêm endividados, o retorno de mais famílias ao endividamento parece estar mais relacionado ao endividamento de curto-prazo, o que é corroborado pelos movimentos no perfil dos tipos de dívidas, relacionadas a cartão de crédito e crédito pessoal e consignado.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Setembro/20			Outubro/20		
	total - %	total - %	total - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	9,6%	9,6%	9,6%	9,4%	8,3%	15,8%
entre 3 e 6 meses	6,8%	6,8%	6,8%	6,7%	7,2%	4,4%
entre 6 meses e 1 ano	9,4%	9,4%	9,4%	12,9%	15,5%	6,4%
por mais de um ano	67,1%	67,1%	67,1%	63,4%	61,3%	66,8%
Não sabe / Não respondeu	7,1%	7,1%	7,1%	7,6%	7,7%	6,5%
Tempo médio em meses	10,1	10,1	10,1	10,0	10,0	9,7

A principal faixa de tempo de comprometimento a observar incremento nas faixas de renda até de 10 SM foi entre 6 meses e 1 ano, com redução nas dívidas com comprometimento por mais de um ano e relativa estabilidade nos demais tempos. Enquanto nas faixas acima de 10 SM o incremento concentrou-se nas dívidas até 3 meses, também com movimento paralelo, mas em menor proporção, no aumento dos tempos de comprometimento acima de um ano.

A parcela da renda das famílias comprometida com dívidas, por sua vez, continuou a reduzir-se na média, atingindo 30,3% de comprometimento da renda - número considerado preocupante, mas que está de acordo com níveis anteriores e apresentou neste mês um recuo pelo terceiro mês consecutivo, indicando que até o momento o perfil dos endividados não tem se deteriorado em relação a sua renda, pelo contrário, há uma redução do comprometimento da renda com as dívidas, o que está de acordo com a tese de que a redução do endividamento no estado se refere a um movimento precautório frente a incertezas. A proporção daqueles que não sabem/não responderam foi o principal componente a aumentar, passando de 14,3% para 18,5%, o que indica aumento da incerteza em relação a parcela da renda efetivamente comprometida com dívidas, o que pode distorcer o resultado, uma vez que a redistribuição das respostas ocorreu principalmente nas parcelas acima de 11% de comprometimento.



ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, ficou em 10,6%, uma estabilidade com ligeiro viés de alta considerando o aumento de apenas 0,1 p.p. na comparação mensal. Apesar do aumento no número de famílias endividadas, a inadimplência foi proporcionalmente menor, de maneira que houve um ligeiro decréscimo na proporção de contas em atraso entre as famílias endividadas, que atingiu 25,2%.

O número estimado de famílias que informou não ter condições de pagar suas dívidas aumentou para um total de 29.096, porém devido a uma redução no número de inadimplentes, a proporção das famílias sem condições de pagar subiu para 52,0% (+3,0 p.p.) das famílias com contas em atraso, o que representa 5,5% do total de famílias no estado. Esse movimento foi também desigual nas faixas de renda, ainda que ambas tenham piorado as condições de pagamento, a piora foi mais intensa nas faixas de renda até 10 SM, com redução tanto daqueles que conseguiriam pagar totalmente quanto em parte as contas em atraso, também com um incremento daqueles que não sabem, que passou de 1,8% para 3,0%. Já nas faixas de renda acima de 10 SM houve redução daqueles que poderiam pagar totalmente a dívida em atraso, porém o incremento maior foi na proporção daqueles que poderiam pagar em parte, que passou de 11,2% para 21,5%, o que pode indicar maiores instabilidades no futuro caso a trajetória de pagamentos não convirja para a liquidação.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Setembro/2020			Outubro/2020		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	18,3%	15,2%	37,8%	16,0%	14,5%	25,7%
sim, em parte	31,3%	37,4%	11,2%	29,7%	33,4%	21,5%
não terá condições de pagar	49,0%	45,5%	51,0%	52,0%	49,2%	52,7%
não sabe	1,4%	1,8%	0,0%	2,2%	3,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	5,2%	5,3%	3,0%	5,5%	5,8%	3,0%

Outra alteração considerável no perfil das contas em atraso dos catarinenses se refere ao tempo do pagamento em atraso, que apresentou durante a crise uma melhoria significativa nos prazos relacionados ao pagamento das contas em atraso, a média se reduziu de 69,4 em março para 59,9 dias em Outubro, principalmente com o incremento das perspectivas de pagamento entre 30 e 90 dias, assim como ligeiro aumento nas condições de pagamento até 30 dias. Na passagem de Setembro para Outubro, o tempo médio voltou a aumentar com redução das condições de pagamento até 90 dias, com consequente adequação da faixa acima de 90 dias. O movimento porém é contrastante entre as faixas de renda, haja visto que houve redução considerável no tempo médio das faixas acima de 10 SM, que passou de 72,8 para 65,6 dias, com incremento principal nas condições de pagamento até 30 dias.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Setembro/2020			Outubro/2020		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	27,7%	32,1%	13,0%	25,6%	28,2%	21,2%
de 30 a 90 dias	35,3%	38,6%	24,8%	36,0%	38,0%	28,4%
acima de 90 dias	36,9%	29,1%	62,2%	38,0%	33,3%	50,4%
Não sabe / Não respondeu	0,1%	0,1%	0,0%	0,4%	0,4%	0,0%
Tempo médio em dias	58,6	54,2	72,8	59,9	57,3	65,6

ANÁLISE NAS CIDADES

Situação das Famílias	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	42,4%	28,0%	39,2%	51,3%
Dívidas ou contas em atraso	6,9%	5,7%	10,6%	17,0%
Não terão condições de pagar	4,4%	3,8%	4,8%	7,4%

O aumento no número de famílias endividadas, assim como das famílias inadimplentes, não se expressou de maneira homogênea nas cidades pesquisadas, de maneira que não representa uma tendência única do estado. A proporção de famílias endividadas cresceu nas cidades analisadas, com exceção de Joinville, onde houve redução no total de endividadas (-1,0 p.p.), inadimplentes (-0,6 p.p.) e aqueles sem condições de pagar (-0,5 p.p.). Por outro lado, em Blumenau e Chapecó esses três componentes observaram aumento, especialmente em Blumenau, onde foi mais intenso. Florianópolis continua sendo a cidade com maior proporção de endividamento, que também cresceu, porém em relação a inadimplência houve uma ligeira redução (-0,3 p.p.) e aqueles sem condições de pagar se mantiveram estáveis.

Nível de endividamento	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	5,6%	2,9%	4,9%	8,5%
Mais ou menos endividado	28,6%	17,5%	25,4%	12,7%
Pouco endividado	8,2%	7,6%	8,8%	30,0%
Não tem dívidas desse tipo	57,6%	72,0%	60,8%	48,5%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%

Em relação a percepção de endividamento, observa-se movimentos bastante variados entre as cidades. Blumenau, por exemplo, onde houve maior incremento no número de endividados, observou um aumento principalmente no nível de mais ou menos endividado, com estabilidade entre os muito endividados e redução dos pouco endividados, seguindo a tendência estadual. Chapecó teve dinâmica similar, mas com aumento no número dos que se percebem como muito endividados, movimento parecido ao observado em Florianópolis, porém com intensidade menor, considerando os diferentes. Já Joinville, o movimento foi o inverso, com redução desses níveis e aumento dos que se consideram pouco endividados ou não possuem dívidas.

Em relação aos tipos de dívida também é possível constatar similaridades e contrastes entre as cidades, com dinâmicas bastante particulares em cada caso. Referente ao cartão de crédito, o principal tipo de dívida utilizado, houve crescimento nas cidades com exceção de Blumenau, que foi ultrapassada por Florianópolis como cidade com maior proporção entre as pesquisadas. O crescimento foi proporcionalmente mais intenso em Chapecó (7,8 p.p.). Em relação ao crédito pessoal e consignado, que também observou crescimento no agregado estadual, houve crescimento nas cidades pesquisadas com exceção de Blumenau, guardadas as diferenças na sua utilização, que é mais intensa em Joinville e Chapecó. Blumenau, por sua vez, teve maior incremento no uso de crédito consignado e de carnês, com decréscimo no crédito pessoal. Florianópolis possui níveis de utilização mais baixos desses tipos de dívida em relação às demais cidades, mas também observou acréscimo em ambas as modalidades. A capital também viu decréscimo no financiamento de carro e casa, que foi compensada ao nível estadual principalmente por Chapecó, que compensou em parte a queda, de maneira que esses tipos de financiamento mantiveram maior estabilidade na agregação estadual.

Tipo de dívida	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	72,6%	65,2%	67,9%	73,8%
Cheque especial	3,9%	11,3%	3,4%	6,3%
Cheque pré-datado	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%
Crédito consignado	23,2%	19,7%	27,3%	5,9%
Crédito pessoal	22,5%	30,3%	29,5%	4,7%
Carnês	45,3%	56,7%	44,4%	26,8%
Financiamento de carro	49,2%	37,1%	44,8%	12,7%
Financiamento de casa	27,3%	23,0%	20,7%	12,9%
Outras dívidas	0,0%	0,0%	0,0%	3,9%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%

Obs.: Respostas múltiplas – soma pode ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas em todos os municípios a resposta preponderante é “dívidas por mais de um ano” e na passagem para Setembro esse tempo aumentou ligeiramente nas cidades pesquisadas, com exceção de Florianópolis, onde permaneceu igual. Na média, a cidade cujos moradores adquirem dívidas por mais tempo passou a ser Blumenau com média de 11,6 meses, após ligeira redução em Joinville e Chapecó. A com menor tempo é Florianópolis com 6,7 meses em média, com exceção da capital que observou pequeno incremento, todas as cidades reduziram a participação das dívidas com tempo de comprometimento superior a um ano, inclusive Blumenau.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	0,7%	1,7%	1,1%	29,8%
Entre 3 e 6 meses	0,0%	1,7%	0,0%	22,3%
Entre 6 meses e 1 ano	9,6%	10,1%	16,0%	13,6%
Por mais de um ano	80,5%	79,8%	71,1%	32,8%
Não sabe / Não respondeu	9,2%	6,7%	11,9%	1,5%
Tempo médio em meses	11,6	11,3	11,3	6,7

Nas contas em atraso, os moradores de Chapecó (-0,3 dias) continuam pelo segundo mês consecutivo a apresentar a maior média de tempo de pagamento de dívidas em atraso do estado apesar de terem reduzido ligeiramente tal indicado. Em seguida consta Blumenau que voltou a ampliar tal prazo em 4,9 dias, sendo que anteriormente esteve à frente neste quesito no estado. Florianópolis reduziu tal prazo de 61,1 para 58,3, com incremento de respostas nas faixas de atraso até 30 dias, enquanto Joinville foi no sentido oposto, ampliando as dívidas com pagamento em atraso de 30 a 90 dias, chegando a uma média de 57,2 (+2,6) dias.

Por outro lado, a piora das condições de pagamento a partir daquelas famílias com contas em atraso que comunicaram não ter condições de pagar suas dívidas concentraram-se em Blumenau (+7,8 p.p.) e Chapecó (+12,2 p.p.), esta última tornando-se a cidade com maior proporção de famílias nesta situação dentre as pesquisas. Florianópolis também observou ligeira deterioração neste quesito, enquanto Joinville reduziu em 1,8 p.p. este indicador.

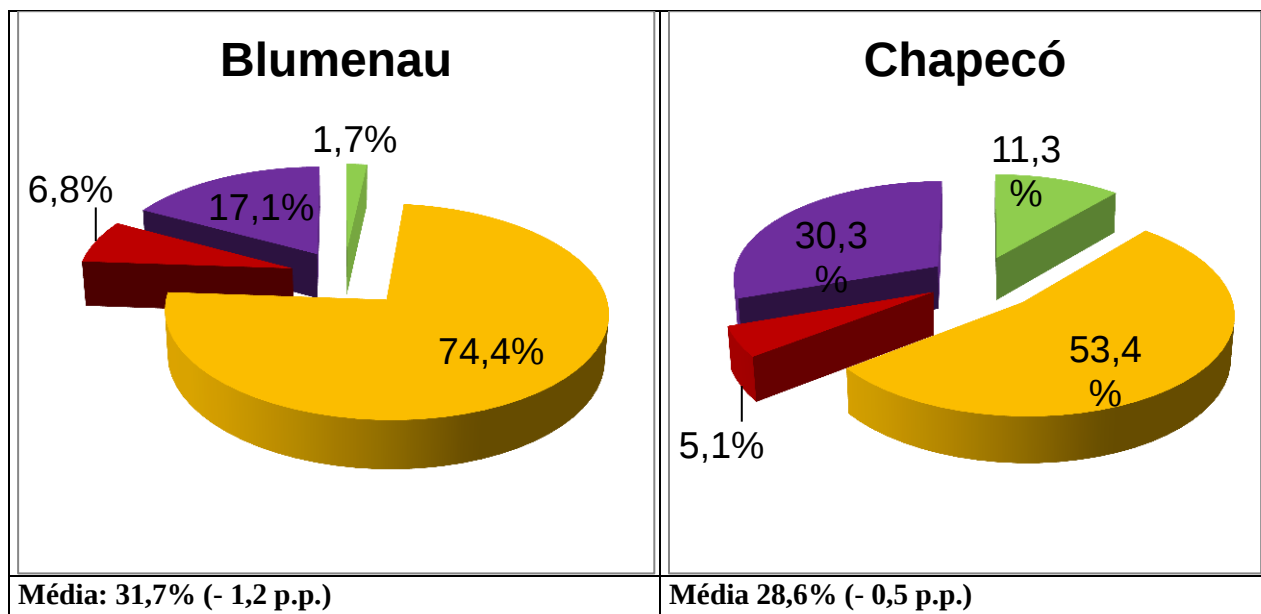
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	31,9%	8,3%	28,2%	24,8%
De 30 a 90 dias	9,1%	66,7%	38,7%	42,2%
Acima de 90 dias	59,0%	25,0%	33,1%	31,7%
Não sabe / Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%
Tempo médio em dias	63,3	63,8	57,2	58,3

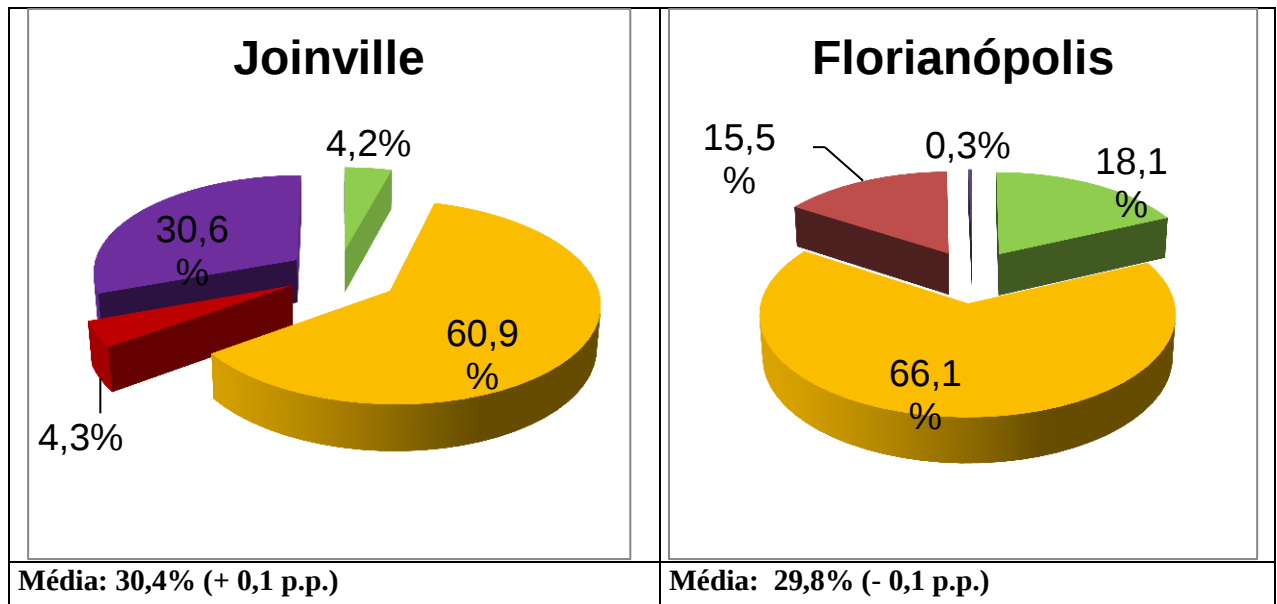
Condições de pagamento das dívidas em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Sim, totalmente	18,2%	0,0%	19,1%	17,6%
Sim, em partes	18,2%	33,3%	29,3%	38,3%
Não terá condições de pagar	63,5%	66,7%	45,3%	43,7%
Não sabe	0,0%	0,0%	6,3%	0,4%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Por fim, faz-se necessário analisar a trajetória da parcela da renda comprometida com dívidas nas cidades pesquisadas, de início constata-se que houve redução nessa parcela em todas as cidades, com exceção de Joinville que manteve estabilidade com pequeno incremento. A cidade com maior parcela continua a ser Blumenau, que tem em média 31,7%. Todas as cidades apresentaram acréscimo naqueles que não sabem/não responderam, com destaque para Chapecó que passou de 16,6% para 30,3%, que junto a Joinville (30,6%) chegaram a níveis preocupantes de incerteza em relação a proporção das dívidas em relação à renda, seja devido a indefinições em relação à renda ou mesmo dúvidas sobre as condições das dívidas atuais.

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu





Legenda: verde: menos de 10%; amarelo: de 10% a 50%; vermelho: mais de 50; roxo: NS/NR

CONCLUSÃO

A pesquisa de endividamento e inadimplência dos consumidores catarinenses (PEIC-SC) de Outubro de 2020 aponta para uma mudança da dinâmica de endividamento demonstrada desde o início da crise no estado, de maneira que a tendência de redução do endividamento perdeu força nos últimos 3 meses, sem que ainda apresente uma tendência clara. Neste mês o indicador aumentou 0,8 ponto percentual após redução de 1,1 p.p. em Setembro, de maneira que se estima que atualmente que 42,1% famílias em Santa Catarina possuam algum tipo de dívida. A inadimplência manteve certa estabilidade, subindo ligeiramente apenas 0,1 p.p., chegando a 10,6%. Já o número de famílias que não terão condições de pagar suas contas em atraso teve leve incremento e atingiu 5,5% do total de famílias.

Ao levar em consideração os tipos de dívida, a pesquisa revela que o cartão de crédito é a principal fonte de endividamento (70,4%), e voltou a ampliar sua participação após redução progressiva desde o pico de 78,2% em Maio. Além do aumento da participação do cartão de crédito, cujo incremento (+2,3 p.p.) foi o maior entre os tipos de dívida analisados e geralmente está relacionado com maior consumo a prazo, também houve destaque para o crédito pessoal (20,7%; +1,7 p.p.) e consignado (19,1%; +1,2 p.p.), que possuem finalidades mais diversificadas para além de consumo imediato. O tempo médio de comprometimento com dívida manteve-se relativamente estável, com ligeira redução para 10 meses.

Inicialmente, frente à crise e pandemia, as famílias do estado apresentaram um movimento *precaucionário* de liquidação de dívidas e redução do consumo a prazo, o que diferiu consideravelmente das condições ao nível nacional, onde se observou um crescimento do endividamento e inadimplência. Com o início da retomada de alguns indicadores do comércio e serviços no estado, e avaliando as alterações no perfil do endividamento com essa nova configuração de tipos de dívida e tempos de comprometimento, infere-se que o endividamento neste mês de Outubro esteve relacionado ao consumo, especialmente de mais curto prazo, ainda que tal relação não seja tão explícita quanto a observada em Agosto, quando houve incremento considerável no uso de cartões. A pesquisa também verificou que continuou a tendência de redução na parcela da renda comprometida com dívida, que chegou a 30,3% neste mês.

Alerta-se, por fim, para um aumento mais que proporcional daqueles que não tem condições de pagar entre os inadimplentes, especialmente nas famílias com renda até 10 SM. É possível que caso persista e se relacione a problemas de emprego e renda indicará uma deterioração do perfil de endividamento no estado. Ainda assim, considera-se que tal indicador se encontra em patamares historicamente baixos após atingir o menor nível da série histórica em Julho, com a inadimplência se reduzindo nos últimos meses em um ritmo ainda maior que o próprio endividamento, de maneira que seu aumento é até mesmo esperado em certa medida e deve ser acompanhado em relação ao tempo de pagamento em atraso (59,9 dias; +1,3 dia em relação a Setembro, relativa estabilidade com viés de alta) e as condições de pagamento, que começaram a sinalizar uma deterioração, especialmente nas faixas de renda acima de 10 SM.

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.